

HABEAS CORPUS Nº 549.029 - SP (2019/0358634-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO DIAZ NAPOLITANO - SP236733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME RODRIGUES PEDROSO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública em favor de GUILHERME RODRIGUES PEDROSO contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no julgamento da Apelação n. 3010451-76.2013.8.26.0099.

Na hipótese, a impetrante aponta constrangimento ilegal pela inaplicabilidade do princípio da insignificância, e se requer, em caráter **liminar**, a concessão da ordem para que seja declarado o sobrestamento da ação penal autorizando que o paciente não dê início ao cumprimento da pena de multa, até o julgamento final deste **writ**. **No mérito**, pugna pelo reconhecimento da atipicidade da conduta, por aplicação do princípio da insignificância, nos termos do art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, por conseguinte, devendo ser decretado o trancamento da ação penal.

É o breve relatório.

Decido.

A concessão de liminar em **habeas corpus** é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de

Superior Tribunal de Justiça

convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do **writ**.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator